Longe do CONSENSO

Há 10 anos países ricos e pobres tentam encontrar saídas comuns para melhorar a qualidade de vida do planeta, mas o saldo ainda é tímido demais

LUIZ ANTONIO PINAZZA E REGIS ALIMANDRO

Diante da piora dos indicadores ambientais, do clima às florestas, sem falar no comportamento recente dos países ricos, mais interessados em fortalecer suas próprias economias e segurança, a Cúpula Mundial do Desenvolvimento Sustentável, realizada em Johannesburgo em setembro, foi um dos eventos mais importantes fora da área econômica. Contou com a participação de 193 países (105 representados por sua maior autoridade – o presidente, o vice, o primeiro-ministro ou o rei) e 86 organizações internacionais, com 7.200 delegados oficiais e um total de cerca de 40 mil participantes.

Na retrospectiva de 10 anos de iniciativas para melhorar a qualidade de vida dos habitantes do planeta e preservar seu meio ambiente, representantes de países ricos e pobres debateram pontos decisivos para os novos rumos do desenvolvimento sustentável – longe do consenso, no entanto, e expondo motivações díspares.

Com o claro objetivo de definir metas e planos de implementação daquilo que se convencionou chamar "espírito do Rio", a declaração política do encontro ratifica a necessidade de reduzir a distância entre ricos e pobres, sob pena de criar um quadro de descrédito para os regimes democráticos.

Embora avanços mais concretos não tenham sido alcançados – principalmente em relação à efetiva transferência de recursos das nações mais ricas para as mais pobres –, a intensa pressão exercida pelo Grupo dos 77, que reúne pelo menos 134 países em desenvolvimento, forçou o Grupo dos 7, de países mais ricos, a reconhecer sua culpa pela criação de um mundo com tanta miséria e tão pronunciadas diferenças.

Energia inexaurível

Em Johannesburgo, o Brasil se fez presente com uma das propostas mais importantes e criativas: a Iniciativa Brasileira de Energia. A sugestão – elevar a fração de energia renovável em todo o mundo para 10% no ano 2010 – conta com o apoio de todo o bloco latino-americano e caribenho. A energia renovável se origina diretamente do Sol, sendo portanto inexaurível, ao contrário dos combustíveis fósseis, como carvão e petróleo, cujas reservas são finitas.

O Brasil defende o "princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas", segundo o qual os que mais degradam o ambiente devem contribuir mais para sua recuperação.

Adequadamente implementada, a energia hidrelétrica é um exemplo de energia renovável de menor poluição, em comparação com a da usina termelétrica, queimadora de carvão ou derivados de petróleo. O álcool da cana-de-açúcar é também um combustível renovável, já que a matéria-prima de uma safra se reconstitui na safra seguinte.

Outro aspecto positivo da posição brasileira consiste no "princípio das responsabilidades comuns mas diferenciadas", defendido pelo Itamaraty, que parte do raciocínio de que os que mais degradam o ambiente devem contribuir mais para sua recuperação. A tese ganha adeptos e defensores. Contudo, como há omissões importantes no texto da regulamentação e as decisões são tomadas por consenso nas reuniões da ONU, o G7 aproveita essa situação e resiste em assumir compromissos concretos.

Mas o saldo desses encontros nunca é totalmente negativo. A crítica converge quanto à velocidade da implementação de soluções para os temas abordados. Nos anos 90, iniciou-se um ciclo de megaconferências das Nações Unidas com a Rio-92, seguida das conferências sobre Desenvolvimento Social (Copenhague, 1993), População (Cairo, 1994), Mulheres (Pequim, 1995). Agora as prioridades são outras. O mais importante já não é o diagnóstico, mas a aplicação da terapia. Diante do déficit na implementação das medidas acordadas nos últimos anos, o sistema das Nações Unidas revela sua fragilidade e coloca em risco sua credibilidade. Trata-se de desafio de grandes proporções, pois envolve a ação articulada de diversos atores com interesses e motivações distintas. Exige esforços de engenharia institucional e financeira, adicionais a todas as propostas já apresentadas para reformar o sistema das Nações Unidas.

Anos 90: marchas e contramarchas

	Começo	Final
Clima/efeito estufa	Emissão de 5,82 bilhões de toneladas de CO	Emissão de 6,09 bilhões de toneladas de CO
Energia	Consumo anual de 8,17 trilhões de toneladas de petróleo	Consumo anual de 9,12 trilhões de toneladas de petróleo
Biodiversidade	180 espécies de animais extintas e outras mil ameaçadas de extinção	Extinção de espécies desde 1992: 24 vertebrados; 1.780 animais e 2.290 plantas ameaçadas
Água	Consumo anual de 3.500km³	Consumo anual de 4.000km³
Agricultura	297ha por grupo de mil pessoas	259ha por grupo de mil pessoas
Pobreza	1,3 bilhão de pessoas com menos de US$1	20% da população vivem com US$1 por dia
População	Estimada em 5,44 bilhões	Estimada em 6,24 bilhões
Divida externa	1990: US$1,45 trilhão	1999: US$2,569 trilhões
Ajuda ao desenvolvimento	0,36% do PIB	0,22% do PIB

Países ricos	Países pobres	Resultados de Johannesburgo
1. Erradicação da pobreza		
• Falta vontade para investir em programas de vulto para o combate à pobreza e às ameaças ao meio ambiente.	• Brasil defende a idéia da criação do fundo de solidariedade com que a ONU pretende combater a miséria	• Reafirmado o compromisso da Eco-92 de destinar 0,7% do PIB de países ricos para ajuda ao desenvolvimento. A meta não só não foi cumprida como caiu para 0,22% desde 1992. • Fundo Ambiental Global (GEF) recebe injeção de US$2,9 bilhões
2. Pesca		
• Prometem a recuperação de áreas pesqueiras até 2015.	• Querem incentivo financeiro dos países ricos para a recuperação de áreas	• Restaurar estoques pesqueiros em níveis sustentáveis até 2015 onde for possível. • Estabelecer áreas de proteção marinha até 2012. • Promessa de incentivo e recuperação de áreas pesqueiras.
3. Água		
•EUA e outros países acreditam que as metas de saneamento são muito difíceis de pôr em prática.	• Esperam ajuda monetária para pôr em prática planos de saneamento.	• Cortar pela metade, até 2015, o número de pessoas sem acesso a água potável e esgotos. • Anunciados projetos e parcerias que somam US$1,5 bilhão (US$970 milhões virão dos EUA em três anos).
4. Subsídios agrícolas		
União Européia e os Estados Unidos defendem a política de subsídios agrícolas	• Querem o fim do subsídio	• Não houve qualquer compromisso dos países ricos no sentido de eliminar os pesados subsídios à agricultura • Documento menciona "apoio" à redução dos subsídios agrícolas que afetem exportações de países pobres, mas sem metas e prazos.
5. Energia		
• A União Européia quer fixar em 15% a meta de energias renováveis. • Os EUA se aliam a alguns países árabes contra a proposta de metas para energias renováveis. • Japão, Austrália, China também negaram estabelecer metas. A Índia se associou a esse bloco para derrotar iniciativas do Brasil e da União Européia.	• Grupo da América Latina e Caribe, liderado pelo Brasil, quer uma meta de 10% de energias renováveis até 2010. • Apoio da Venezuela, também produtora de petróleo e líder do G77. Dos 33 países da América Latina e Caribe, dos 15 membros da União Européia e mais a Noruega e a Suíça, dos Estados insulares, que são mais de 40, do Leste europeu e de quase todos os africanos.	• Nenhuma meta de energias renováveis foi aceita. Investe quem quiser, sem obrigação nenhuma. • Ampliar acesso a formas modernas de energia, mas sem prazos nem metas específicas. • Derrotada a proposta do Brasil e da União Européia para fixar meta global de 10%-15% de fontes renováveis de energia.
6. Mudanças climáticas		
• EUA não aceitam ratificar o Protocolo de Kioto, mas quase todos os países da União Européia já ratificaram.	• O Brasil assinou a carta de ratificação do Protocolo de Kioto em 23 de julho e lidera o grupo dos países pobres pela aplicação desse acordo.	• Canadá, Rússia e China anunciaram que deverão ratificar o Protocolo de Kioto. • A entrada da Rússia garante que países que emitem mais de 55% do gás no planeta assinaram o protocolo, volume mínimo para que o acordo entre em vigor
7. Biodiversidade		
• Não querem pagar pelo uso da biodiversidade alheia.	• São os que detêm a mais rica biodiversidade do planeta, entre eles o Brasil. • Querem receber pela utilização dos recursos gerando benefícios para as comunidades tradicionais que moram nas regiões de onde sai a matéria-prima.	• Reduzir perda de espécies até 2004, mas sem meta específica. • Reconhecimento de que países pobres precisarão de ajuda financeira para cumprir o objetivo. • Reconhecimento do princípio da repartição de benefícios obtidos com espécies de países pobres, ou seja, assegura-se que as comunidades locais devem usufruir de benefícios decorrentes da exploração de recursos naturais encontrados em suas terras. • Acordo entre 15 países megadiversos, o Brasil entre eles, no sentido de assegurar esses benefícios.

Glossário

Desenvolvimento sustentável: é aquele que atende às necessidades das gerações atuais sem comprometer a possibilidade de as futuras gerações terem suas próprias necessidades atendidas.

Agenda 21: é o principal resultado da Rio-92, e talvez a mais completa e ambiciosa tentativa internacional de definir quais as ações necessárias para que o desenvolvimento ocorra com preocupação de ordem ambiental. É um documento que pretende guiar todos os países em direção à sustentabilidade planetária.

Declaração do Rio: outro produto da Conferência do Rio em 1992. É um conjunto de princípios de comportamento ambiental nacional e internacional. A declaração reforça orientações importantes das negociações internacionais na área ambiental e faz uma ligação entre a pobreza mundial e a degradação do planeta.

Protocolo de Kioto: acordo internacional aprovado em 1997 na cidade de Kioto, no Japão, que estabelece que os países desenvolvidos devem reduzir a emissão de gases causadores do efeito estufa em pelo menos 5,2% em relação aos níveis apresentados em 1990. Até hoje o protocolo ainda não entrou em vigor, já que para isso é preciso que seja aprovado como lei por um número de países que represente 55% das emissões de gases do mundo desenvolvido. Até o momento, a adesão de países industrializados representa apenas 38,5% da emissão de gases.

Efeito estufa: aquecimento da atmosfera terrestre provocado pela emissão de gases. O principal vilão causador do efeito estufa é o gás carbônico, liberado pela queima de petróleo em automóveis e indústrias. Seu acúmulo provoca na terra um efeito parecido com o de uma estufa: a radiação solar é capaz de penetrar no planeta, mas seu calor fica retido e vai aos poucos aumentando a temperatura. Esse aquecimento foi apontado por cientistas como o responsável por diversas alterações no clima, entre elas o derretimento de geleiras, o aumento do número de enchentes em alguns pontos do planeta e o de secas em outros.

Convenção da Biodiversidade: acordo internacional aprovado no Rio de Janeiro em 1992. Mostra em linhas gerais como conservar a diversidade biológica em cada país de maneira sustentável.

Convenção sobre Mudança Climática: aprovada na Rio-92, estabelece estratégias de combate ao efeito estufa. A convenção deu origem ao Protocolo de Kioto.

Relatório Nosso Futuro Comum ou Relatório Brundtland: produzido em 1987 pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, teve como uma de suas principais recomendações a realização de uma conferência mundial para direcionar os assuntos ambientais – o que culminou com a Rio-92. O documento ficou conhecido pelo nome de Relatório Brundtland, já que a comissão era presidida por Gro Harlem Brundtland, então primeira-ministra da Noruega.

Buraco na camada de ozônio: a atmosfera terrestre possui uma espécie de escudo protetor contra algumas radiações solares nocivas aos seres humanos – a camada de ozônio. No entanto, o uso de algumas substâncias, conhecidas como CFCs, deteriorou esse escudo, fazendo com que em algumas partes ficasse mais rarefeito e menos protetor.

O primeiro acordo internacional para banir os CFCs foi assinado em 1987. Depois disso, os CFCs foram gradualmente substituídos por substâncias como o gás HCFC, que é inofensivo à camada de ozônio, mas não é tão eficiente quanto seus antecessores.

Diversos estudos recentes indicam que o risco está diminuindo. O fechamento do tal buraco, porém, pode demorar, já que ainda há muito CFC na atmosfera e seu efeito dura cerca de 50 anos. Portanto, só a partir de 2040 o abandono dos CFCs deve começar a produzir resultado.

Iniciativa Tipo 2: projeto de ajuda aos países em desenvolvimento apresentado por vários atores, incluindo governos, organizações internacionais, empresas privadas, universidades e ONGs.

Referências para leitura

Goldenberg, José. *Johannesburgo, vitória ou derrota?* (José Goldenberg é secretário do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.)

Marcelos Neto, Temístocles e Jakobsen, Kjeld. *Johannesburgo; objetivos não atingidos.* (Temístocles Marcelos Neto é diretor executivo da CUT Nacional e coordenador da Comissão Nacional do Meio Ambiente – CNMA/CUT. Kjeld Jakobsen é secretário de Relações Internacionais da CUT Nacional.)

Pinto, Vitor Gomes. *Os resultados de Johannesburgo.* (Vitor Gomes Pinto é escritor, analista internacional, coordenador de Saúde do Sesi/CNI; autor do livro *Guerra nos Andes*.)

As metas de Johannesburgo

- Reduzir à metade até 2015 a proporção de pessoas com renda inferior a US$1 por dia; de pessoas com fome e sem acesso a água potável;
- estabelecer um fundo mundial para erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento social e humano nos países em desenvolvimento;
- melhorar significativamente o padrão de vida de 100 milhões de favelados;
- eliminar as piores formas de trabalho infantil;
- ratificar o Protocolo de Kioto relativo a mudanças climáticas, colocando-o em vigência ainda este ano;
- alcançar uma redução significativa do desflorestamento e das perdas de diversidade biológica;
- garantir o acesso eqüitativo a serviços de saúde e a medicamentos essenciais e seguros a preços acessíveis a todos;
- reduzir até 2015 em 2/3 os índices de mortalidade infantil e em 3/4 a mortalidade materna;
- diminuir em 25% o número de pessoas de 15 a 24 anos com o vírus HIV (nos países mais afetados até 2005 e em todos até 2010);
- destinar 0,7% do Produto Interno Bruto dos países desenvolvidos para assistência oficial ao mundo em desenvolvimento;
- reduzir as dívidas externas insustentáveis, inclusive pelo cancelamento quando indicado;
- assegurar que alimentos e medicamentos não sejam usados como ferramenta de pressão política.

Trinta anos que valem por mil

- **1972**: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, quando pela primeira vez a comunidade internacional se reuniu para discutir o meio ambiente global e as necessidades de desenvolvimento. A conferência levou à criação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma) e à maior compreensão da necessidade de direcionar o modo como se administra o meio ambiente. Uniu pela primeira vez países industrializados e em desenvolvimento e iniciou uma série de conferências da ONU que trataram de áreas específicas, como alimentação, moradia, população, direitos humanos, mulheres.
- **1982**: uma avaliação dos 10 anos pós-Estocolmo sob os auspícios do Pnuma, em Nairóbi. Desse encontro emergiu um chamado para a formação de uma Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, implementada em 1983.
- **1987**: os resultados dessa comissão apareceram como Relatório Nosso Futuro Comum – também conhecido como Relatório Brundtland, devido à presidência da comissão pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland. As recomendações eram pela realização de uma conferência mundial e usava-se pela primeira vez o conceito de "desenvolvimento sustentável'
- **1990**: a Assembléia Geral das Nações Unidas decide, em 1990, realizar a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento;
- **1992**: realizada a conferência no Rio de Janeiro, em 1992, conhecida como Cúpula da Terra, Conferência do Rio ou simplesmente Eco-92, geradora dos seguintes documentos:
  - Agenda 21, um volumoso programa de ação global, em 40 capítulos;
  - Declaração do Rio, um conjunto de 27 princípios pelos quais deve ser conduzida a interação dos humanos com o planeta;
  - Declaração de Princípios sobre Florestas;
  - Convenção sobre Diversidade Biológica;
  - Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas.
- **1993**: criada a Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS) , uma nova instituição no sistema das Nações Unidas, a fim de monitorar a implementação da Agenda 21, com desenvolvimento de parcerias entre as ONGs e as Nações Unidas; estimulou, em vários países, a criação de comissões de desenvolvimento sustentável e a definição de estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável.
- **2000**: a Assembléia Geral das Nações Unidas resolveu realizar, em 2002, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável em Johannesburgo, na África do Sul.
- **2002**: Realização da Rio+10, onde se conclui que é indispensável:
  - garantir a presença de todos os chefes de Estado e de governo na CMDS;
  - chegar a Johannesburgo comprometendo-se explicitamente com o legado do Rio (convenções, declarações) e os princípios da cooperação internacional;
  - assumir novos compromissos de implementação de ações concretas, metas e mecanismos de financiamento a partir da CMDS;
  - dar seguimento à Iniciativa de Energia e à Iniciativa Latino-Americana e Caribenha para o Desenvolvimento Sustentável;
  - dar início a uma mobilização mundial em torno de uma Cidadania Planetária e de uma Globalização Solidária.